Processo Administrativo n° 100/2026
Pregão Eletrônico Nº. 90050/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ, POR INTERMÉDIO DO (A) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA MAJUDH TERCEIRIZAÇÃO LTDA.

CONTRATO N° 198/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ – ACRE, com sede na Av. Plácido de Castro, nº 678 – Centro, CEP: 69.960-000, Feijó – Acre, inscrito no CNPJ sob o nº 04.005.179/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito em exercício **JOSÉ JUAREZ LEITÃO DOS SANTOS**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua 07 de Setembro, n.º 215, Bairro Cidade Nova, CEP: 69.960-000, Feijó – Acre, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) empresa(s): **MAJUDH TERCEIRIZAÇÃO LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 13.758.125/0001-27,** com sede na Rua Lírios, Nº 87, Bairro: Jardim Tropical, cep:69.960-00, Rio Branco-Acre, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **AGLEDSON PAIVA DA SILVA**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Bom Jesus, Nº 58, Bairro: Eldorado, Rio Branco - Ac, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo n° 100/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico Nº. 90050/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Formação de Registro de Preços para a contratação eventual de empresa para a prestação de serviços contínuos de apoio administrativo/operacional/conservação, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Feijó, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	CATSER	QUANTIDADE PARA REGISTRO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
SERVIÇOS DE APOIO OPERACIONAL							
1	Porteiro de Edifício	5174-10	8729	10	R$ 4.122,87	R$ 41.228,70	R$ 494.744,40
2	Almoxarife	4141-05	14907	4	R$ 4.532,26	R$ 18.129,04	R$ 217.548,48
3	Merendeira	5132-05	5320	28	R$ 3.923,74	R$109.864,72	R$1.318.376,64
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO							
4	Recepcionista (Ensino Médio)	4122-05	8729	10	R$ 3.984,28	R$ 39.842,80	R$ 478.113,60
5	Assistente de compras	4110-05	5380	2	R$ 4.532,26	R$ 9.064,52	R$ 108.774,24
6	Assistente Administrativo II	4110-10	5380	20	R$ 5.545,39	R$ 110.907,80	R$1.330.893,60
SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO							
7	Servente de Limpeza	5143-20	24120	70	R$ 3.853,16	R$ 269.721,20	R$3.236.654,40
8	Auxiliar de Limpeza	5143-20	24120	35	R$ 3.853,16	R$ 134.860,60	R$1.618.327,20
9	Jardineiro	6220-10	24309	3	R$ 4.087,56	R$ 12.262,68	R$ 147.152,16
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS R$					**R$38.434,68**	**R$ 745.882,06**	**R$8.950.584,72**
Valor Global R$ 8.950.584,72 (oito milhões, novecentos e cinquenta mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos).							

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R$ 8.950.584,72 (oito milhões, novecentos e cinquenta mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ.ATIV.	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
02 – Prefeitura Municipal de Feijó	07 – Secretaria Municipal de **Educação**	2.037 – Manutenção da Rede de Ensino RP – Ensino Fundamental. 2.012 – Manutenção da Rede de Ensino RP – Ensino Infantil. 2.085 – Complementação da União ao Fundeb - VAAT 2.086 – Complementação da União ao Fundeb – VAAT – Investimento 2.010 – Manutenção do Ensino Fundamental	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ	-500 -542 - 540
02 – Prefeitura Municipal de Feijó	03- Secretaria Municipal de **Administração**	2.004 – Manutenção da Secretaria de Administração	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ	1.500
09 – Fundo Municipal de Saúde	01 – Fundo Municipal de **Saúde**	Projeto Atividade: 1.220 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária a Saúde Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO) Projeto Atividade: 2.225 – Saúde na Escola Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO) Projeto Atividade: 2.049 – Vigilância em Saúde Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO) Projeto Atividade: 2.050 – Piso Fixo de Vigilância Sanitária - PFVISA Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO) Projeto Atividade: 2.051 – Saúde Bucal - SB Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO) Projeto Atividade: 2.053 – Programa Saúde da Família – PSF Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO)		

		Projeto Atividade: 2.054 – Piso da Atenção Básica Fixo – PAB FIXO Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO) 1.500 (RP) Projeto Atividade: 2.056 – Piso da Atenção Básica Fixo – PAB FIXO Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 0621 (Recursos do SUS/FES/ESTADO) 0500 (RP)
02 – Prefeitura Municipal de Feijó	05 – Secretaria Municipal de Agricultura	Projeto Atividade: 2.008 – manutenção da Secretaria de Agricultura Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.500
02 – Prefeitura Municipal de Feijó	08 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo	Projeto Atividade: 2.015 – manutenção da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo. Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.500 – 1.720
02 – Prefeitura Municipal de Feijó	10 – Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Atividade: 2.029 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.500.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Feijó- Acre, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Feijó Acre, 14 de maio de 2026.

JOSÉ JUAREZ LEITÃO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente
gov.br AGLEDSON PAIVA DA SILVA ARAUJO
Data: 14/05/2026 17:16:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MAJUDH TERCEIRIZAÇÃO LTDA
CNPJ/MF nº. 13.758.125/0001-27
AGLEDSON PAIVA DA SILVA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Feijó- Acre, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Feijó Acre, 14 de maio de 2026.

JOSÉ JUAREZ LEITÃO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ
CONTRATANTE

MAJUDH TERCEIRIZAÇÃO LTDA
CNPJ/MF nº. 13.758.125/0001-27
AGLEDSON PAIVA DA SILVA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

ENCARTE I

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CBO**	**CATSER**	**QUANTIDADE PARA REGISTRO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR MENSAL**	**VALOR TOTAL ANUAL**
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO							
5	Assistente de compras	4110-05	5380	**02**	R$ 4.532,26	R$ 9.064,52	R$ 108.774,24
6	Assistente Administrativo II	4110-10	5380	**20**	R$ 5.545,39	R$ 110.907,80	R$1.330.893,60
SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO							
9	Jardineiro	6220-10	24309	**3**	R$ 4.087,56	R$ 12.262,68	R$ 147.152,16
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS R$					**R$14.165,21**	**R$ 132.235,00**	**R$1.586.820,00**
Valor Global R$ 1.586.820,00 (Um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil e oitocentos e vinte reais).							

ENCARTE II

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CBO**	**CATSER**	**QUANTIDADE PARA REGISTRO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR MENSAL**	**VALOR TOTAL ANUAL**
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO							
4	Recepcionista (Ensino Médio)	4122-05	8729	**10**	R$ 3.984,28	R$ 39.842,80	R$ 478.113,60
SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO							
8	Auxiliar de Limpeza	5143-20	24120	**35**	R$ 3.853,16	R$ 134.860,60	R$1.618.327,20
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS R$					**R$7.837,44**	**R$ 174.703,40**	**R$2.096.440,80**
Valor Global R$ 2.096.440,80 (Dois milhões, noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta centavos).							

ENCARTE III

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CBO**	**CATSER**	**QUANTIDADE PARA REGISTRO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR MENSAL**	**VALOR TOTAL ANUAL**
SERVIÇOS DE APOIO OPERACIONAL							
1	Porteiro de Edifício	5174-10	8729	**10**	R$ 4.122,87	R$ 41.228,70	R$ 494.744,40
2	Almoxarife	4141-05	14907	**04**	R$ 4.532,26	R$ 18.129,04	R$ 217.548,48
3	Merendeira	5132-05	5320	**28**	R$ 3.923,74	R$109.864,72	R$1.318.376,64
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO							
SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO							
7	Servente de Limpeza	5143-20	24120	**70**	R$ 3.853,16	R$ 269.721,20	R$3.236.654,40
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS R$					**R$16.432,03**	**R$438.943,66**	**R$5.267.323,92**
Valor Global R$ 5.267.323,92 (Cinco milhões, duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos).							

com ênfase nos princípios da Impessoalidade, moralidade e publicidade, CONVIDA as empresas interessadas a apresentarem suas cotações de preços para a aquisição de obras literárias destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, pelo menor preço, em conformidade com a Lei nº. 14.133/2021, e de conformidade com as condições e especificações.

As empresas interessadas em apresentar cotação poderão solicitar o arquivo contendo as informações necessárias para preenchimento pelo e-mail: cotacoesfeijo@gmail.com

A cotação deverá ser enviada pelo e-mail mencionado, no prazo máximo de 3 (três) dias uteis a contar a publicação do aviso no site da Prefeitura, sendo imprescindível que a cotação contenha os seguintes requisitos:

I. Assinatura e nome completo do representante legal da empresa, com CPF do signatário. A assinatura poderá ser substituída por assinatura eletrônica por meio do GOV.BR ou certificado digital da pessoa física. Caso a cotação seja assinada por outra pessoa, deverá ser apresentada procuração (particular ou pública) que comprove os poderes para o ato;

II. Carimbo de CNPJ da empresa, ou alternativamente, assinatura do certificado digital da pessoa jurídica;

III. Impostos, fretes, lucro e encargos necessários é de responsabilidade da empresa;

IV. Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias;

V. A cotação deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa, contendo CNPJ, Inscrição Estadual, endereço, e-mail e telefone para contato.

Feijó-Acre, 15 de maio de 2026.

Rosângela Lacerda Ferreira
Setor de Planejamento das Contratações
Decreto 058/2026

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

EXTRATO DO CONTRATO N.º 198/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90050/2026

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ, denominada CONTRATANTE, e a pessoa jurídica MAJUDH TERCEIRIZAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.758.125/0001-27, denominada CONTRATADA.

DO OBJETO – O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos de apoio administrativo/operacional/ conservação, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Feijó.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ.ATIV.	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
02 – Prefeitura Municipal de Feijó	07 – Secretaria Municipal de Educação	2.037 – Manutenção da Rede de Ensino RP – Ensino Fundamental. 2.012 – Manutenção da Rede de Ensino RP – Ensino Infantil. 2.085 – Complementação da União ao Fundeb – VAAT 2.086 – Complementação da União ao Fundeb – VAAT – Investimento 2.010 – Manutenção do Ensino Fundamental	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ	-500 -542 – 540
02 – Prefeitura Municipal de Feijó	03 – Secretaria Municipal de Administração	2.004 – Manutenção da Secretaria de Administração	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ	1.500
09 – Fundo Municipal de Saúde	01 – Fundo Municipal de Saúde	Projeto Atividade: 1.220 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária a Saúde Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO) Projeto Atividade: 2.225 – Saúde na Escola Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO) Projeto Atividade: 2.049 – Vigilância em Saúde Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO) Projeto Atividade: 2.050 – Piso Fixo de Vigilância Sanitária – PFVISA Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO) Projeto Atividade: 2.051 – Saúde Bucal – SB Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO) Projeto Atividade: 2.053 – Programa Saúde da Família – PSF Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO) Projeto Atividade: 2.054 – Piso da Atenção Básica Fixo – PAB FIXO Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.600 (Recursos do SUS/FNS/UNIÃO) 1.500 (RP) Projeto Atividade: 2.056 – Piso da Atenção Básica Fixo – PAB FIXO Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 0621 (Recursos do SUS/FES/ESTADO) 0500 (RP)		
02 – Prefeitura Municipal de Feijó	05 – Secretaria Municipal de Agricultura	Projeto Atividade: 2.008 – manutenção da Secretaria de Agricultura Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.500		
02 – Prefeitura Municipal de Feijó	08 – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo	Projeto Atividade: 2.015 – manutenção da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo. Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.500 – 1.720		
02 – Prefeitura Municipal de Feijó	10 – Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Atividade: 2.029 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 1.500.		

DO VALOR – O valor total da contratação R$ 8.950.584,72 (oito milhões, novecentos e cinquenta mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

DA VIGÊNCIA – O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, início em: 14/05/2026 até 14/05/2027.

DATA DE ASSINATURA: 14/05/2026.

Assinam, JOSÉ JUAREZ LEITÃO DOS SANTOS, Prefeito em exercício de Feijó/AC, e a Pessoa Juridica empresa MAJUDH TERCEIRIZAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.758.125/0001-27, denominada CONTRATADA, e por seu representante Legal, Agledson Paiva da Silva.